

V Encontro Internacional de Experiências de Planejamento Urbano em Contexto de Conflito Social

Questões Motivadoras:

3. ASSESSORIA POPULAR: REFLEXÕES E DESAFIOS

- Quais os principais desafios a serem enfrentados na relação entre assessoria e moradora/es, comunidades e movimentos nos processos de planejamento popular?
- As assessorias são necessárias? Por quê? Que papel cumprem nas lutas e mobilizações? Quais suas possibilidades e limites?

Assessoria técnica em situações de conflito: desafios da atuação na comunidade da Saporé, na ZEIS Mucuripe em Fortaleza/CE

Juliana De Boni Fernandes¹

Joísa Maria Barroso Loureiro²

Luísa Fernandes Vieira da Ponte³

A comunidade da Saporé é um dos 8 assentamentos precários (PLHIS, 2012) inseridos na poligonal da Zona Especial de Interesse Social do Mucuripe (ZEIS Mucuripe), uma das 10 ZEIS consideradas prioritárias pela Prefeitura Municipal de Fortaleza. Localizada em área central e de elevado valor do solo no mercado formal de terras, a comunidade está nas proximidades da orla da cidade, no bairro do Mucuripe, ao longo da Rua Saporé (a oeste), e sendo delimitada, do lado oposto (a leste), pelo Riacho Maceió. A ocupação do solo da Saporé remonta pelo menos à década de 1990, mas algumas famílias relatam que vivem naquelas proximidades há mais de 40 anos, em terras de propriedade privada denominadas Sítio Mucuripe.

Desde dos primeiros anos de ocupação, a população ribeirinha sofre com as chuvas, alagamentos e enchentes. Há registro, inclusive, de dois processos de remoção na área, o primeiro por volta de 2001, por ação direta do Poder Público no âmbito de uma política de erradicação de favelas, e o segundo por volta de 2007, uma remoção parcial forçada pela

¹ julianadebonii@gmail.com

Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design da UFC (PGAU+D/UFC). Integrante da Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade.

² joisamb18@gmail.com

Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/IPPUR da UFRJ (2013). Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Pesquisadora do Núcleo Fortaleza do Observatório das Metrôpoles (INCT) pelo Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB/DAU/UFC) da Universidade Federal do Ceará.

³ luisafvponte@gmail.com

Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Integrante da Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade.

ação de fortes chuvas que ocasionaram o desabamento de algumas casas⁴. Em ambos os casos, as remoções foram seguidas de reocupação logo depois.

Atualmente, a comunidade tem sua ocupação consolidada, bem como estão estabelecidas as relações de vizinhança entre os residentes. Os moradores da Saporé têm acesso, em seu entorno, a equipamentos públicos de educação e saúde e usufruem da praia como espaço de lazer e de geração de renda - por meio da pesca, do comércio ou da prestação de serviços. Eles seguem, entretanto, sofrendo consequências da negligência do Poder Público quanto às vulnerabilidades socio-ambientais e à insegurança de posse às quais estão historicamente submetidos.

Em 2020, a Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) anuncia a execução de um projeto de requalificação do Riacho Maceió com financiamento do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), da ordem de 20 milhões de reais. O projeto prevê a remoção de uma parcela de casas na comunidade Saporé sem indicar solução habitacional alguma para estas famílias. A proposta, de um parque linear, vai de encontro aos interesses e demandas dos moradores, e começa a ser executada à revelia da avaliação do Conselho Gestor da ZEIS Mucuripe, instância que foi desconsiderada pela Prefeitura no processo de elaboração do projeto, mesmo sob recomendação do Ministério Público⁵.

A Taramela Assessoria em Arquitetura e Cidade, entidade da sociedade civil que compõe o Conselho, foi convidada pelos moradores, em meados de 2021, a conhecer mais de perto o conflito gerado pelo projeto da Prefeitura. Na ocasião, as edificações a serem removidas para dar lugar ao Parque haviam sido recentemente medidas e marcadas por agentes da municipalidade, e os residentes estavam na expectativa de contato da gestão para dialogar sobre as alternativas possíveis para habitação - diálogo este que, até hoje, após mais de um ano e meio, não foi realizado.

Desde então, arquitetas do corpo técnico da Taramela têm atuado junto aos moradores da Saporé pressionando a Prefeitura de Fortaleza, através dos órgãos responsáveis, por respostas adequadas, transparência e participação popular no processo decisório, no intuito de fazer cumprir seu direito a um reassentamento próximo e/ou indenização justa. Por cerca de um ano, de forma voluntária, foram realizadas diversas atividades e reuniões junto aos moradores com o objetivo de articular a construção de um mapeamento e censo comunitário, levantando informações quantitativas e qualitativas sobre questões como a intenção dos moradores em relação à compensação a ser dada pela PMF, se trabalham e/ou estudam em locais próximos à área, etc. Foi possível, dessa forma, entrevistar cerca de dois terços das casas marcadas - segundo o mapeamento realizado por meio de sobreposição de dados e aferições em campo, a Saporé possui entre 180 e 200 casas, das quais cerca de 80 estão dentro da poligonal de remoção do projeto da Prefeitura.

Durante esse período, houve avanços na mobilização da comunidade em torno da luta por alternativas e melhorias na qualidade de vida da população da Saporé. Além das reuniões na comunidade, o mapeamento em campo e o aumento do interesse dos próprios moradores pelo debate, também foi possível progredir na interlocução com a esfera pública.

⁴ Segundo relatos dos moradores locais, análises documentais de notícias antigas e aferição em aerofotogrametrias disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA) de 1990 e 2010.

⁵ A recomendação Nº 0008/2021/9ª PmJFOR do Ministério Público do Estado do Ceará destaca a necessidade da participação popular na implementação do projeto do Parque e do processo de reassentamento das famílias atingidas.

Destaca-se, nesse sentido, a realização de reunião na Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Fortaleza, em maio de 2022, para tratar especificamente da situação da comunidade, ocasião na qual os dados preliminares coletados foram apresentados para as secretarias municipais presentes⁶.

Apesar desses avanços, a municipalidade ainda demonstra, até hoje, pouca diligência na resolução dos problemas da Saporé, mesmo em se tratando de questões mais pontuais, como a retirada de árvores caídas no leito do rio, ou recolhimento de entulhos da obra do Parque - paralisada desde meados do ano passado. Além disso, funcionários da Prefeitura têm aparecido na comunidade sem aviso prévio e sem nenhuma explicação sobre o intuito da visita, ocasiões nas quais batem fotos das casas e saem sem dar as devidas explicações sobre o processo de negociação, se haverá ou não reassentamento, e qual a previsão para que isto ocorra. Enquanto isso, os moradores, impedidos de realizar reparos ou melhorias em suas casas, seguem sofrendo com a situação de insegurança de posse.

Foi diante desse contexto, em julho de 2022, quando o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará (CAU/CE) abriu o Edital para trabalhos em Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), que as assessoras e as lideranças da Saporé decidiram submeter uma proposta de projeto, que foi contemplada pela chamada em primeiro lugar.

A partir da vivência das moradoras, da experiência em campo das arquitetas e das entrevistas realizadas no primeiro censo comunitário, houve a leitura de que a comunidade estava dividida quanto ao desejo de compensação pela remoção das casas: parte das famílias gostaria de ser indenizada em dinheiro, e parte gostaria de receber uma casa nas proximidades do terreno original. Nesse sentido, nos propusemos a realizar o trabalho em 3 etapas principais: a primeira de atualização do censo comunitário, incluindo novas perguntas; a segunda de medição e produção de contra laudos das casas cujos moradores desejavam negociar uma indenização justa, utilizando critérios objetivos de avaliação e considerando a posse da terra; e a terceira de elaboração de um plano de reassentamento em um terreno próximo à Saporé, como determina o regimento interno da ZEIS Mucuripe, para que as pessoas afetadas possam viver com dignidade no entorno que estão inseridas. Estes produtos foram pensados especialmente com o objetivo de serem ferramentas, instrumentos de reivindicação para os moradores, usando de instrumentos técnicos às vezes necessários para o diálogo com agentes hegemônicos. Entendemos que o trabalho avança em diretrizes para as soluções possíveis, se afastando, entretanto, de propostas finais.

Para a execução do projeto, foi montada uma equipe técnica. Somando-se às duas integrantes da Taramela que já estavam inseridas na assessoria à comunidade, uma terceira arquiteta e urbanista, com larga experiência no Grande Mucuripe, foi convidada para compor a coordenação. Além disso, foram selecionados três estagiários, e o ArqPET-UFC, parceiro da proposta, cedeu três bolsistas para trabalhar integralmente na equipe durante a execução das atividades.

⁶ Estavam presentes: Instituto de Planejamento Urbano de Fortaleza - Iplanfor, Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional - Habitafor, Defesa Civil e Secretaria Executiva Regional II - SER II. A Secretaria Municipal da Infraestrutura (SEINF), responsável pelo projeto, confirmou presença mas cancelou de última hora.

Terminando de compor a equipe do edital, selecionamos quatro moradoras da Saporé para atuar formalmente e de forma remunerada como mobilizadoras comunitárias nas atividades do projeto. Os critérios de seleção foram ser, além de mulher, mãe e chefe de família, não ter renda fixa e estar envolvida com as lutas locais. A principal intenção em trabalhar com as mobilizadoras foi de incentivar a formação de novas lideranças comunitárias e o trabalho em torno dos próprios conflitos que as moradoras já vinham fazendo há mais de um ano.

Por fim, também contamos com o apoio de importantes parceiros que nos auxiliaram ao longo do processo. Além do ArqPET, que contribuiu com bolsistas e apoio técnico e de infraestrutura, o Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar (EFTA-ALECE) prestou consultoria jurídica durante o processo e o Conselho Gestor da ZEIS Mucuripe acompanhou as atividades como entidade representante dos moradores da ZEIS.

Apesar de ter se estendido por mais tempo que o previsto (de 3 para 6 meses), o projeto cumpriu com seus objetivos e trouxe resultados que consideramos ter bastante interface com os desejos da comunidade, ao mesmo tempo que tem potencial de interlocução com agentes do Poder Público. No total, foram mais de 1.000 horas trabalhadas pela equipe, com 6 reuniões com os moradores, mostrando resultados e avaliando estratégias para os produtos produzidos, 14 visitas à campo para aplicação de questionários, levantamentos e aferições e 3 produtos apresentados à comunidade, ao CAU/CE e à Prefeitura de Fortaleza.

O processo inteiro foi bastante permeado, entretanto, por desafios de diversas naturezas. Durante o período de execução do edital, oficialmente de agosto a novembro de 2022, houve campanha eleitoral e eleições no Brasil, o que, a princípio, confundiu alguns moradores quanto ao teor das atividades que estávamos promovendo. Além disso, também ocorreu, a partir de novembro, a Copa do Mundo da FIFA de 2022, o que inviabilizou a realização de atividades em dias de jogo do Brasil, dificultando o cumprimento de prazos anteriormente previstos em cronograma.

O fato da comunidade não possuir organização interna, como uma associação de moradores, e não estar ligada a nenhuma entidade ou movimento social, faz com que boa parte dos moradores tenham pouca familiaridade com temas relacionados à luta pelo direito à moradia e à cidade. Sabendo disso, procuramos, dentro das limitações da proposta do edital, inserir a temática em reuniões e oficinas, fomentando este debate. Ainda assim, houve muitas situações, mesmo em estágios finais das atividades, de confusão em relação ao que estava sendo realizado, e de qual era nosso papel enquanto Organização da Sociedade Civil e assessoras técnicas. Em uma das últimas visitas, por exemplo, uma moradora cujo barraco havia sido marcado nos procurou pedindo uma previsão de data para a remoção e construção das novas casas.

Além das dificuldades de comunicação e de entendimento das limitações de cada agente, fomos percebendo, ao longo do processo, que nossa atuação no território com a execução do edital causou impactos imediatos nas relações de vizinhança e moradia. Na Saporé, alguns moradores possuem mais de uma edificação e alugam a(s) excedente(s) para outras famílias. Quando começamos a elaborar os produtos técnicos, ou seja, os laudos de avaliação das casas no caso das indenizações e o plano no caso do reassentamento, passamos a receber relatos de aumento nos preços dos aluguéis e até pressão por parte de alguns proprietários para que as famílias desocupassem as

edificações. Houve, de forma geral, o falso entendimento de que os proprietários seriam prejudicados pela inclusão dos inquilinos como beneficiários dos instrumentos construídos, o que precisou ser esclarecido reiteradas vezes durante os momentos em campo. Houve, ainda, mesmo que pontualmente, interferência de grupos faccionados nas atividades do projeto.

O processo de planejamento na Saporé, em contexto de conflito e com uma população vulnerabilizada, desarticulada, permeada por contradições e fragilidades políticas, colocou à prova a atuação da assessoria técnica envolvida. Todas essas situações causaram tensionamento e desgaste na relação com os moradores ao longo do trabalho, especialmente com as mobilizadoras. O Conselho Gestor da ZEIS frente ao contexto descrito tem um papel estratégico para a situação de permanência e reassentamento da Saporé, pois uma grande quantidade de famílias permanecerão no local, já que não tiveram suas casas marcadas.

A remoção forçada e injusta da Saporé enfraquece o processo de implementação da ZEIS enquanto instrumento de regularização fundiária integrada, inclusão socioespacial e desenvolvimento local. Atuar, assessorar técnica e politicamente a comunidade a partir do Plano de Reassentamento elaborado, assim como do próprio Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) da ZEIS Mucuripe, são os principais desafios dos próximos passos. Será necessário pleitear junto à Prefeitura as condições necessárias para a divulgação e discussão desses processos junto à comunidade da Saporé, dando visibilidade e condições propícias para maior união. E unir é fundamental para planejar a re-existência.